



Comunicação e Política na Sociedade Globalizada¹

Vagner Dalbosco²
Unochapecó

Resumo:

Discute em que medida os novos paradigmas comunicacionais da sociedade globalizada, sobretudo a partir da Internet, influenciam a reconfiguração política mundial e determinam o estabelecimento de novas relações de poder. Mostra que a emergência de uma economia baseada na informação tem alterado significativamente o processo democrático, com um maior grau de intervenção e vigilância do cidadão sobre os poderes do Estado. Conclui que o processo de globalização tem encontrado resistência nos países que se organizaram em torno de um projeto comum de integração e enquanto bloco de resistência às transformações geográficas oriundas deste processo, como é o caso do Brasil e sua liderança estratégica no contexto geopolítico do Mercosul e da América Latina como um todo.

Palavras-chave: Comunicação; Política; Sociedade globalizada.

Introdução

Os processos de comunicação que envolvem indivíduos e grupos sociais distintos, organizando-os e estruturando-os em sociedade, refletem o quão intrínseca a comunicação se faz presente na relações cotidianas e na própria natureza de cada indivíduo. Transformados pelas novas tecnologias de informação e de comunicação (TIC's) que emergiram nas últimas décadas, sobretudo a Internet, os processos de comunicação neste século XXI são potencializados e modificam radicalmente as formas de organização dessa sociedade que se estrutura e se manifesta em redes.

O controle e o centralismo na emissão da informação característica dos meios de comunicação de massa deram lugar a uma comunicação descentralizada e incontrolável pelo poder político, reduzindo sua influência sobre a sociedade. No ciberespaço, reduzem-se as distâncias geográficas e culturais. O espaço se retrai e o ser humano se amplia. Há, assim, mais possibilidade de comunicação, acesso à informação e ao conhecimento. A partir desta nova ordem mundial caracterizada pelo excedente de informação e pela pluralidade das ferramentas de comunicação é que emergem novas relações de poder entre governos e governados e novas configurações geopolíticas entre países e blocos econômicos que se organizam a partir desta nova realidade.

Ironicamente, tais instrumentos de comunicação que emergiram do processo de globalização promovido pelo neoliberalismo agora se voltam, em parte, contra ele. A

¹ Trabalho apresentado no DT08 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2012.

² Professor titular da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)



democratização da palavra proporcionada pela Internet deu voz às minorias e fragilizou os meios de comunicação de massa enquanto instrumentos uníssonos do poder de comunicar. Tais instrumentos fizeram surgir novas perspectivas de interação, controle e transformação social, modificando inevitavelmente a inserção do cidadão nas discussões e na participação política, a começar pelo acesso a esse tipo de informação.

Informação e Comunicação na sociedade contemporânea

Segundo Mattelart e Mattelart (1999), o advento das novas tecnologias de informação e de comunicação (TIC's), principalmente a Internet, transformou muitos processos em via de mão-dupla, ou seja, promoveu a comunicação de fato entre uma ou mais pessoas e grupos sociais ao viabilizar a troca de informações e a interação entre eles. Mattelart e Mattelart (1999) comentam que o termo inovação sempre esteve relacionado com comunicação sob duas perspectivas: uma delas voltada ao difusionismo e ligada à progresso, modernização e desenvolvimento; outra, que percebe a comunicação como “convergência”, por meio de uma rede de indivíduos conectados entre si por fluxos estruturados de comunicação.

Neste sentido, Mattelart e Mattelart (1999) apontam para o que chamam de planeta híbrido, ou seja, a existência de um mundo e várias sociedades, cujas redes transfronteiriças determinam também novas configurações transdisciplinares na história, geografia, geopolítica, ciência política, economia industrial e antropologia. Sob a concepção capitalista e mercadológica, estas disciplinas buscam alianças a partir de suas diferentes experiências e conhecimentos para então compreender e se adaptar aos processos de comunicação estabelecidos pelas redes. Assim, esse novo modo de comunicação com territórios abstratos e fluxos invisíveis de informação pode ser visto como um produtor de novas desigualdades e exclusões, inclusive comprometendo culturas e identidades até então reconhecíveis.

Por outro lado, a multiplicação das formas de comunicação abriu as portas para uma nova perspectiva do que os autores chamam de processo de mundialização. Protagonizadas por organizações não-governamentais e outras associações da sociedade civil, novas redes sociais emergiram para se manifestar, dar respostas e até mesmo resistir a este mercado único em escala mundial. Portanto, ao mesmo tempo que as redes de informação promovem um processo de mundialização, se constituem numa nova possibilidade para a aquisição e utilização estratégica de informações entre distintos indivíduos e grupos sociais. Num contexto em que a junção entre texto, som e imagem, potencializados por redes de informação e ferramentas de interação, afetam os modos de pensar, ensinar e tratar a informação, como



afirmam Mattelart e Mattelart (1999), faz-se necessário discutir essa nova comunicação sobre as relações de poder e as novas configurações políticas emergentes a partir dela.

Tal virtualidade influencia todas as áreas de vida humana, pois modifica substancialmente seu modo de comunicação. O advento das novas tecnologias de informação e de comunicação que culminou no surgimento das redes, sobretudo a Internet, eliminou o centralismo e a necessidade de um espaço físico, uma vez que o espaço virtual promove a mobilidade e a flexibilidade dos processos, sejam eles de produção, comunicação e outros. A “diplomacia das redes”, afirma Mattelart (2002), provoca uma interdependência que obriga a pensar o mundo como uma unidade conectada.

Assim o computador passou a ser um instrumento de poder e também de democracia, e a comunicação passou a ser “de todos para todos”. Na rede são reduzidos os intermediários de informação e, embora a qualidade informativa possa estar parcialmente comprometida, eleva-se o pluralismo no ciberespaço que tem como característica principal dar voz às minorias. Segundo Lévy (2003, p. 190), “o poder e a identidade de um grupo dependem mais da qualidade e da intensidade da sua conexão consigo mesmo do que da sua resistência em comunicar-se com o seu meio”.

Ao contrário do que pensa Lévy (2003), Wolton (2004) defende o afastamento da ideologia técnica da sociedade da informação e o reencontro aos valores contraditórios que, segundo ele, são essenciais para toda a sociedade e a democracia. Ele teme a demasiada convivência do homem com um universo de signos, imagens, sons e dados informáticos e o drástico afastamento da natureza e do mundo físico, em que cabe ao próprio homem inventar seus limites. Esta é sua preocupação central que poderá implicar em uma desumanização, caso as fraquezas, as forças e as contradições do homem não sejam preservadas.

Ao tratar da comunicação, Maffesoli (2004) reconhece a crescente importância da rede para a integração humana e como forma contemporânea de fazer referência ao simbolismo. Para ele, a comunicação está implícita na própria sociabilidade, e faz ressurgir um simbolismo arcaico de que não podemos nos compreender individualmente, mas apenas na relação com o outro. Porém, o autor faz uma crítica ao monopólio da informação e da comunicação pelos intelectuais hegemônicos por não considerarem o elemento participativo, a partilha e o laço social. Neste sentido, nota-se uma semelhança com Wolton (2004), que defende a dissociação da informação de uma perspectiva meramente econômica e instrumental. Mais do que protagonistas do pensar intelectual, comunicação e informação representam um comportamento relacional e estabelecem um modo de vida, afirma Maffesoli (2004).



Embora a comunicação esteja mais relacionada ao estar-junto e a informação a uma questão utilitária, Maffesoli (2004) considera que não há diferença profunda entre ambas. Até porque o autor acredita que a informação possui uma força comunicativa capaz de estabelecer comunhão e partilha, mesmo que imitada apenas a segmentos. Isso porque as pessoas querem cada vez mais ver-se, ouvir-se, participar e contar o próprio cotidiano, o que fortalece os acontecimentos locais em detrimento dos globais. O que passa a qualificar a informação passa a ser sua capacidade de gerar proximidade entre as pessoas, por isso ela torna-se cada vez mais dirigida a um público-alvo, aproximando as pessoas que partilham de um mesmo interesse – sobretudo emocional. Por isso, na atual sociedade dos signos, a informação passa a ter um papel importante na organização de imagens enquanto fragmentos de um grande mosaico que é o mundo. Há, neste caso, uma fragilização do universalismo e o fortalecimento das apropriações particulares do global.

Já com relação à comunicação, Maffesoli (2004) critica sua função meramente utilitarista e tradicionalmente caracterizada pela função da formação, educação e prestação de serviços, entre outras. Para ele, a principal função da comunicação é divertir, distrair, entreter, e isso não deve ser visto como alienação. Prova é que o conteúdo já não é o principal aspecto para se atingir um determinado fim, mas sim a forma. A comunicação do aqui e agora de hoje é fragmentada, repleta de emoções e sentimentos e articulada por partes que ora se opõem, ora se complementam. Portanto, afirma o autor, ela é variável e instável, e por isso não é possível limitá-la ingenuamente à manipulação.

D'Amaral (2003) reforça que, embora possam parecer semelhantes, informação e comunicação não são o mesmo, assim como pensar e ser são situações distintas. Enquanto a informação apenas assinala e aceita máquinas, a comunicação está no centro da relação entre pensar e ser. Há hoje uma sociedade da representação, em que o real foi virtualizado e acelera o consumo imediato de tudo que está representado por imagens e signos. Por isso, o autor defende que devemos partir para uma interpretação de que o mesmo é ser, e também pensar.

Estado e capital na sociedade globalizada

Tanto a presença da tecnologia quanto a falta dela incorporam a capacidade de transformação da sociedade de acordo com seu uso, muitas vezes objeto de medo dos governantes pela instabilidade que a transformação tecnológica pode causar. Assim, percebe-se a inevitável relação entre sociedade e tecnologia, que para Castells (1999) é determinada pelo papel do Estado à medida que este expressa e organiza as forças sociais dominantes em



um espaço e uma época determinados, seja interrompendo, promovendo ou liderando a inovação tecnológica.

No caso da atual revolução tecnológica, ela pode ser compreendida como resultado da reestruturação global do capitalismo enquanto modo de produção que se opõe ao estatismo. Com isso, surge uma nova estrutura social baseada em um novo modelo de desenvolvimento em substituição ao industrialismo: o chamado informacionalismo, o qual se manifesta sob várias formas e que varia de acordo com as diferentes culturas e instituições. Considerando que as sociedades são organizadas em processos estruturados por relações determinadas de produção, experiência e poder, inevitavelmente as relações inerentes a este novo modo de desenvolvimento geram culturas e identidades coletivas.

Não que nos modelos de desenvolvimento agrário e industrial a informação não fosse importante. Porém, na sociedade informacional a fonte de produtividade encontra solo fértil na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos (CASTELLS, 1999). Neste caso, a ação de conhecimento sobre o próprio conhecimento é a responsável pela geração de produtividade. Tanto é que a sociedade da informação é também chamada de Sociedade do Conhecimento, cujo conhecimento é o gerador de novos bens e novos processos produtivos que se constituem no motor que aciona o desenvolvimento econômico. Isso quer dizer que o saber teórico se tornou a matriz da inovação que possibilita as inovações e o crescimento das sociedades (FUKS, 2003).

Neste cenário de desenvolvimento informacional, surge um novo paradigma baseado em novas formas de interação, controle e transformação social. Embora possa parecer um evento recente, o advento deste novo paradigma tem suas raízes no processo de reestruturação capitalista ocorrido ainda a partir da década de 1980, o qual foi marcado por processos de desregulamentação, privatização e de desmantelamento do contrato social entre capital e trabalho. Potencializado pelas novas tecnologias de informação, estes processos aceleraram a globalização enquanto uma das características eminentes da sociedade do conhecimento.

A globalização, segundo Dreifuss (1999), acompanha a eletrônica de um novo modo de produzir, gerir e consumir, sustentando os processos de concentração territorial das capacidades científicas e de concentração transnacional econômica. Neste sentido, Santos (2002) alerta para as desigualdades em nível mundial e a novas formações de classe causadas pelo processo de globalização, e defende a globalização contra-hegemônica e o fortalecimento do Estado para se contrapor às práticas dominantes da globalização hegemônica.

A globalização, segundo Santos (2002), é o fenômeno que ampliou e intensificou as interações transnacionais enquanto formas destrutivas de vida social. Para o autor, os



processos de globalização demonstram que estamos diante de um “fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo” (SANTOS, 2002, p. 26). A reconfiguração da economia mundial a que assistimos hoje e a retomada da intervenção do Estado na regulação dos mercados são, pois, processos em andamento os quais pretendem, sobretudo, minimizar os prejuízos sociais causados pela globalização, dentre eles as desigualdades econômicas, sociais e culturais.

Embora a globalização não represente uma idéia consensual, é, por sua vez, uma idéia dominante e que gera inúmeros conflitos entre grupos sociais, Estado e interesses hegemônicos de um lado, e entre grupos sociais, Estado e interesses subalternos, de outro. Ancorados no “Consenso de Washington” ou “consenso neoliberal”, firmado na década de 1980, o processo de globalização vem sendo fragilizado pela existência de conflitos no próprio campo hegemônico e na resistência protagonizada por grupos subalternos ou contra-hegemônicos (SANTOS, 2002).

Santos (2002) compreende três características dominantes da globalização política: o “consenso do Estado fraco”, cuja idéia é opor o Estado à sociedade civil; o “consenso da democracia liberal”, moldando a forma política do Estado fraco para que as trocas competitivas tenham o mínimo de interferência estatal; e “o consenso sobre o primado do direito e do sistema judicial”, ou seja, estabelecer um novo marco regulatório adequado à liberalização dos mercados, dos investimentos e do sistema financeiro. Em suma, a globalização torna-se um novo modo de produzir, gerir e consumir, alicerçada em processos de concentração transnacional econômica e concentração territorial das capacidades científicas, dinamizados pela intensa inovação e difusão tecnológica. Por isso, a transformação das nações “desenvolvidas” em um complexo sistema de “economias geradoras de conhecimento avançado” e em “sociedades de comunicação eletrônica” se contrapõe à vulnerabilidade das “sociedades desinformatizadas” (DREIFUSS, 1999).

O fluxo das redes

Portanto, o informacionalismo apontado por Castells (1999) está diretamente ligado e resulta da expansão e do rejuvenescimento do capitalismo. Ao abordar a estrutura e os processos que caracterizam as sociedades informacionais, o autor alerta para a forma errônea de se referir à sociedade informacional como se esta fosse um sistema uniforme e homogêneo em todos os lugares. Para Castells, mesmo que muitas sociedades possam ser consideradas informacionais, cada qual possui sua tipologia, seus cenários e especificidades culturais e institucionais que merecem serem consideradas.



Na sociedade da informação, o novo paradigma tecnológico é compreendido por Castells (1999) a partir de cinco principais características. Uma delas é que a informação é sua principal matéria-prima, sendo que neste caso a tecnologia age sobre a informação, e não ao contrário. Também há a penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias em todo o tecido social, o que provoca mudanças profundas nas relações sociais e nas identidades individual e coletiva. Com estes novos sistemas, a lógica de redes toma conta em qualquer sistema ou conjunto de relações, estruturando o não-estruturado com flexibilidade. Porém, também permite maior flexibilidade de organizações e instituições, exigindo a adaptação a mudanças constantes e a reconfigurações. Por fim, o novo modo promove uma convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado nunca visto antes. Afinal, com a Internet, a transmissão de dados se torna a forma de comunicação predominante e universal.

A questão central da transformação tecnológica parece ser a penetrabilidade da tecnologia em todos os domínios da esfera humana e da própria estrutura social, seja por meio das tecnologias da informação, do processamento ou da comunicação. A emergência do modo de desenvolvimento informacional e seu atrelamento à reestruturação do capitalismo global, torna evidente o quanto esta relação produz implicações sociais. Atividades, grupos sociais e territórios dominantes em todo o mundo estão conectados em um novo sistema tecnológico, mas o intervalo de tempo que alguns países levam para adotar determinadas tecnologias certamente irá determinar o nível de desigualdade social destas nações no futuro.

Para Castells (1999), o paradigma da tecnologia da informação não pode evoluir para seu fechamento enquanto sistema, mas sim em direção à abertura como uma rede de acessos múltiplos, abrangente, adaptável e complexa. E mais, não pode ser compreendida nem como boa e nem ruim, mas tendo como questão central o uso que se faz dela. Afinal, ao mesmo tempo em que estas tecnologias promovem a ampliação e até mesmo a democratização dos canais de comunicação, demandam atenção para as funções e os processos dominantes cada vez mais organizados em torno de redes, os quais modificam de forma substancial as operações e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Ou seja, continua sendo uma sociedade capitalista, a qual Castells (1999) denomina de Era do Capitalismo em Rede ou do Capitalismo Informacional Global.

Nesta nova rede integrada de capital global, os movimentos e a lógica variável determinam as economias e influenciam as sociedades. Forma-se então uma entidade capitalista coletiva e não-identificável, formada por fluxos financeiros operados por redes eletrônicas em que os trabalhadores perdem sua identidade coletiva e não se distinguem se são produtores, administradores ou trabalhadores. O capital passa a ser global, mas o trabalho



permanece local, afetando a cultura e as relações de poder, tendo em vista que as tecnologias de informação permitem a expansão penetrante das redes em toda a estrutura social. A transposição da sociedade moderna para a atual sociedade do conhecimento trouxe consigo não somente uma mudança de conceito, mas gerou inúmeras transformações tanto no modo de produção e consumo quanto no modo de vida das pessoas.

Em “A Sociedade do Conhecimento”, Fuks (2003) destaca que o advento desse novo tempo somente foi possível devido à ruptura, vista como a confluência de processos históricos, entre eles a revolução tecnológica da informática. Isso porque a cultura de virtualidade real modificou radicalmente os paradigmas da comunicação e da produção e promoveu profundas alterações, inclusive no mundo do trabalho, que passou a ter como principal fonte de produtividade e eficiência a inovação, o conhecimento. As relações são estabelecidas em redes em tempo contínuo, que fazem desaparecer a comunicação face a face e a figura dos proprietários das empresas dá lugar aos administradores que não têm compromissos com as questões locais. Segundo Mattelart (2002), nessa nova economia de mercado único e em que as origens do poder são a informação livre, a construção de bancos de dados próprios representa soberania. A nova ordem empresarial, afirma Fuks (2003), é de apoio ao conhecimento da inovação tecnológica a fim de maximizar os lucros, dominar futuros mercados, ampliar seu raio de ação e aumentar sua influência política.

Na lógica das redes, afirma Castells (1999), o poder dos fluxos é mais importante do que os fluxos do poder. Isso porque a presença da rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são aspectos decisivos para a dominação e transformação da sociedade. Assim, se as redes são instrumentos apropriados para as economias capitalistas e uma fonte de reorganização das relações de poder, conforme afirma Castells, o desafio essencial do ser humano é minimamente perceber e compreender em que medida ocorre a inserção do indivíduo nesta trama de redes. Assim como aponta Fuks (2003), é preciso estar alerta para o grande desafio sociológico em prever os efeitos das transformações e construir percursos alternativos de interesse público, uma vez que a própria educação escolar se volta para a figura do computador e transforma o professor em um orientador. Neste sentido, mudam os valores tradicionais e ao Estado está dado o desafio de estabelecer limites ao desempenho dessa nova sociedade, sobretudo éticos.

O poder coletivo

Diante da nova relação espaço-tempo, Lévy (2003) afirma que a sociedade é considerada uma só, já que o espaço prático entre dois pontos é muito menor do que o espaço



físico graças às novas tecnologias de transmissão de dados e informações. Essa redução do espaço mundial, segundo ele, estimulou a desterritorialização, a multiplicação crescente dos contatos e a formação de megaentidades ou bloco político-econômicos, a exemplo do Mercosul e da União Européia.

Modificaram-se as relações de poder e a construção de fronteiras passa a ser substituída pela interconexão, que levará à inteligência coletiva e a conseqüente prosperidade econômica e social, tendo em vista que a comunicação torna-se descentralizada e incontrolável pelo poder político, reduzindo sua influência sobre a sociedade. Wolton (2004) até comenta que a Internet altera a participação política do cidadão e a democracia, abalando as estruturas do poder pelas condições de acesso à informação que a rede possibilita. Por isso a necessidade de um maior debate sobre a Internet no campo político, pois por hora prevalece a idéia de que a Internet implica em democracia para todos, quando na verdade há também concentrações e exclusões a partir dela. O fato é que ter informação na atualidade significa estar inserido. Caso contrário, o indivíduo estará excluído do jogo, trocas simbólicas, da pertinência a grupos e tribos, da política, cultura, do mundo do trabalho (D'AMARAL, 2003)

Lévy (2003) afirma que a questão é evoluir para uma conexão interativa e dialógica, capaz de eliminar a centralidade intelectual, econômica e política já estabelecida. Na Web, diz ele, tudo e todos estão no mesmo plano e há lugar para a multiplicidade de pontos de vista. Todos são donos de ao menos uma parcela do ciberespaço, e a figura do proprietário coletivo toma corpo. São autores coletivos, múltiplos e contraditórios, em que cada um terá seu campo, todos se fundindo rumo a um campo coletivo universal sem a totalidade.

Daí então a necessidade de relativizar a “revolução” da Internet, como defende Wolton (2004). Isso porque outras “revoluções” prometidas no passado não tiveram os efeitos esperados, o que pode estar ocorrendo na atual sociedade em que a ligação entre indivíduos e comunidades que se parecem poderá resultar na sociedade do mesmo, e não da heterogeneidade. A resistência à segmentação da sociedade, afirma ele, é importante para preservar o mínimo de sentimento de coletividade e evitar o aprofundamento do conformismo. Isso inclui um retorno da humanidade aos ideais e a uma visão humanista da relação entre informação e comunicação, dissociando a informação enquanto instrumento democrático da informação puramente instrumental e econômica.

Ao refletir sobre o novo papel do mediador na Internet, Vaz (2004b) comenta que a rede passa a ser definida pela simultaneidade entre a proximidade tecnológica e a distância cognitiva de todos com todos, e que a principal característica da rede é a ausência de um centro e de estrutura hierárquica na produção e transmissão da informação. Não há limites



impostos quanto ao acesso, transmissão e circulação das informações. Porém, o excesso de informação é o que limita as nossas capacidades humanas de explorar a rede e processar todas as informações. Se o problema do período pré-Internet era a falta de informação, agora há excesso dela. Vaz (2004b) inclusive comenta que esta descentralização da emissão das mensagens fez emergir esperanças libertárias com relação à Internet, a qual provocou a ira de intelectuais que se colocavam em uma posição central que agora deixa de existir na rede.

Como o ciberespaço integra todas as mídias anteriores, Lévy (2004b) o compreende não apenas como um meio, mas um metameio. Assim como Vaz (2004b), o autor observa positivamente que o advento do ciberespaço permitiu à humanidade alcançar um estágio evolutivo da comunicação, passando do sistema “um para muitos” (um emissor para muitos receptores) para o sistema de comunicação “muitos para muitos” característico da Internet. Com essa interconexão geral de tudo em tempo real, Lévy (2004b) acredita que a missão da raça humana é fazer crescer o cérebro do mundo, ou seja, alcançar um laço cósmico de conhecimento rumo a uma inteligência coletiva multidimensional coordenada no ciberespaço.

Em artigo sobre as perspectivas cibernéticas de Norbert Wiener, Pfohl (2004) defende uma adaptação à realidade do ciberespaço e admite que incorporou o que ele chama de “delírios de Wiener” sobre essa nova realidade. “Para o pior ou o melhor, estamos virtualmente todos lutando para sobreviver e se comunicar – ainda que diferentemente e de modos diferentes – dentro das exigências hegemônicas da cultura cibernética” (PFOHL, 2004, p. 191). O autor compreende a cibernética como uma forma ultramoderna de controle social, sobretudo socioeconômico. Em vez de um modelo simplista de comando por uma só via, Pfohl aponta a interferência da mediação da prática comunicativa interativa, cuja influência ocorreria nas letras, ícones e imagens em movimento. Para ele, “a cibernética também procura monitorar, regular e modificar os circuitos dinâmicos de *feedback* que governam a continuidade, mas também a mudança desse mundo contingente” (PFOHL, 2004, p. 196).

A preocupação com o controle social pela cibernética faz sentido, ainda mais se observarmos a reflexão de Carneiro Leão (2003), para quem evoluímos de uma sociedade voltada à fé para outra baseada na produção, até chegamos na atual sociedade do conhecimento. O autor chama atenção para uma informatização progressiva, e observa que aos poucos o homem é transformado em circuitos integrados de processar informações. Interessante perceber que, sobre possíveis críticas à mediação na rede, Vaz (2004b) argumenta que o problema não é a presença ou a ausência de mediação, mas sim as formas de mediação que podem existir. “Algumas centralizam, fragmentam e reduzem a multiplicidade da rede; outras podem preservar, com maior ou menor sucesso, formas horizontais de



sociabilidade, o achado de maravilhas e formas inéditas de expressão e experiência individuais” (VAZ, 2004b, p. 218). O certo é que na sociedade do conhecimento, não há mais espaço para a passividade da recepção a qual interessa unicamente aos que detêm o poder da emissão. Como afirma Maffesoli (2004), há sim, ao contrário, uma crítica popular silenciosa e que pode surpreender com formas de resistência contra as tentativas de manipulação.

Informação e poder

Na sociedade contemporânea em que o perfil colaborativo do indivíduo pode determinar sua inserção em um determinado espaço social, contraditoriamente o compartilhamento de informação também pode significar a perda de determinado poder que ela concede ao indivíduo. Barreto (2000) afirma que os estoques de informação reúnem um conjunto de itens de informação organizados segundo um critério técnico e com conteúdo que seja de interesse de uma comunidade de receptores, por isso acredita que eles sejam um importante recurso no processo de geração do conhecimento.

O autor reforça que a gestão e a disseminação da informação têm conseqüências políticas, está profundamente relacionada aos que detêm o poder sobre os estoques dessa informação e influencia as transformações sociais, à medida que interfere sobre o conhecimento gerado na sociedade e seu potencial de desenvolvimento. Portanto, a formação, circulação e institucionalização do poder estão diretamente relacionadas ao poder sobre os estoques de informação, bem como à sua gestão e distribuição. Justamente os cenários políticos para a informação estão no cerne de uma reflexão proposta por González de Gómes (2002). A autora afirma que a relação da informação com a política foi estabelecida por sua inclusão na esfera de intervenção do Estado, que “age como agente privilegiado de geração, recepção e agregação das informações, gerando um ‘duplo’ representacional de seus domínios de intervenção territorial, social e simbólica” (GONZÁLEZ DE GOMES, 2002, p. 27). Em artigo sobre as relações entre ciência, Estado e sociedade, González de Gómes (2003) fala sobre as influências do “regime de informação” sobre a sociedade. É ele, segundo a autora, que determina o

modo de produção informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais, e quais os meios e recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, vigentes em certo tempo, lugar e circunstância, conforme certas possibilidades culturais e certas relações de poder (GONZÁLEZ DE GOMES, 2003, p. 61).



A autora defende uma “constituição comunicacional e informacional” como forma de nova distribuição de poder entre o Estado e os demais atores sociais rumo a um horizonte democrático. Segundo González de Gomes (2002), à medida que há o deslocamento da informação do campo estratégico do Estado para o campo da economia, mediante a consolidação de termos como ‘rede’, ‘mercado’ e ‘globalização’ a partir dos anos 1990, há uma configuração comunicacional e produtiva da infra-estrutura de informação, nela ocorrendo tanto a transmissão como a agregação de valor.

Em reflexão anterior, González de Gomes (1995) já propunha o conceito de hiato comunicacional (comunicação/informação) como resposta às formas modernas de integração de coletivos, como a crescente divisão do trabalho de representação política o qual impede a consolidação das identidades políticas; a crescente divisão do trabalho intelectual; e a globalização eletrônica e financeira que causa a reacomodação da ordem mundial, fazendo ressurgir conflitos. Até porque há um diferencial pragmático entre os participantes dos pólos de emissão e recepção na transferência da informação, já que não há existência de critérios comuns de aceitação e de atribuição de valor à informação.

Numa sociedade que se estabelecem relações plurais e diversas, sejam elas intermediáticas, interorganizacionais e intersociais, González de Gomes defende ainda a prática da “governança informacional”. É ela, segundo a autora, que define uma nova cadeia decisória, horizontalizada pela inclusão de atores públicos e privados, os quais passariam de um objeto de controle e intervenção do Estado a sujeitos participantes (GONZALEZ DE GOMEZ, 2002). Mediante esta inteligência distribuída em uma cadeia em que todos são produtores e consumidores, González de Gomes (2002) acredita que a relação entre política e informação deverá ser reconstruída levando em conta as novas estruturas de informação e da sociedade. Ou seja, trata-se de um processo cuja gestão e política de informação implica em maior controle social e transparência, aproximando, por que não, o Estado e a sociedade.

González de Gomes (2003) afirma que estamos diante de uma política participativa que reúne ao mesmo tempo a comunicação e a informação, potencializadas pelo advento das tecnologias de redes de comunicação que habilitaram novas formas de colaboração e compartilhamento da produção intelectual. Dessa forma, a autora reforça novamente a idéia da mudança do papel do Estado, o qual retrocederia quanto ao seu papel hegemônico na definição dos parâmetros de toda atividade e interação social para ser mais um ator entre os demais atores não-governamentais.

Segundo González de Gomes (1995), a informação pode então ser compreendida como um operador de relação, a mediação de um agir relacionante, pois obriga o homem ao



trabalho da tradução, da coleta, da armazenagem, da busca da informação. Em suma, é o movimento do transporte maior do que a força da intencionalidade ou do sentido, pois estabiliza, reativa, antecipa e prepara a relação. Por isso a importância da formação, organização e atualização dos estoques na sociedade contemporânea, que o levará a buscar novos espaços públicos e sua relação com os atores sociais. Afinal, as normas passaram a ser definidas por critérios econômicos e de mercado, gerando centralidades hegemônicas, monopólios de comunicação e informação. A questão, portanto, está em definir os limites do que seja ação de informação: formação de estoques ou a proliferação e circulação das informações (GONZÁLEZ DE GOMES, 1995).

Essa simetria relacional entre informação e comunicação exposta por González de Gomes (1995) sustenta a afirmação de Barreto (2000), para quem as condições políticas afetam a distribuição da informação e a geração de conhecimento no indivíduo e na sociedade. A partir do momento que o detentor dos estoques decide sobre quais itens de informação devem ser armazenados e quais as estratégias para a sua distribuição à sociedade, o que inclui as tecnologias que envolverão sua distribuição, modifica ou pelo menos interfere parcialmente nas condições políticas de manipular a disponibilidade e o acesso à informação.

Considerações finais

A força e a intensidade com que os processos de globalização se estabeleceram, estimulados pelo advento das novas tecnologias que revolucionaram a transferência de dados e a comunicação no mundo, estimulam uma reflexão crítica sobre suas conseqüências ainda latentes em nossa sociedade. Politicamente, a globalização enfraqueceu os poderes do Estado, afetando inclusive sua legitimidade para organizar a sociedade. Com isso, intensificou-se a pressão internacional sob a regulação jurídica da economia, no sentido de uniformização e normalização. Afinal, as metas estabelecidas no Consenso de Washington implicaram em mudanças legais e institucionais, já que a tendência passa a ser a substituição do princípio do Estado pelo princípio do mercado.

Embora os efeitos da globalização possam ser observados sob vários aspectos, as transformações verificadas principalmente na economia e na geopolítica mundial alertam para os prejuízos sociais que ela tem causado, como a aceleração de novas divisões de classe e a ampliação ainda maior das desigualdades. Santos (2002) chama atenção para o Relatório de Desenvolvimento de 1995 do Banco Mundial de 1995. Naquele ano, o conjunto dos países pobres, onde vive 85,2% da população mundial, detinham apenas 21,5% do rendimento



mundial, enquanto o conjunto dos países ricos, com 14,8% da população, detém 78,5% do rendimento mundial.

Neste aspecto, observa-se que a ascendência de governos que se contrapõem a esta nova economia na América Latina, tendo como prioridade o investimento em políticas sociais nos últimos anos, tem sido o grande diferencial destes países para superar a atual crise mundial, como é o caso do Brasil. Além disso, a política internacional adotada pelo Brasil nos últimos anos estimulou a organização junto dos demais membros do Mercosul e aos BRICS enquanto bloco de resistência às transformações geográficas impostas pelo processo de globalização.

Trata-se, portanto, de uma nova rearticulação política através de continentalizações político-estratégicas, ou seja, “países-sistemas” que se organizam do ponto de vista da economia e da política nacional, mas orientados pela economia e a política internacional. É, afinal, uma resposta no sentido de ampliar o comércio intrarregional, fortalecer as instituições voltadas à integração e resolver as assimetrias entre os países unificando um projeto comum de integração, com mais diálogo e evitando conflitos e instabilidades. No entanto, todo este processo tem suas contradições. Afinal, ele se organiza e se desenvolve, inclusive, graças aos novos sistemas de comunicação e informação vigentes, mais abertos e democráticos, que a própria globalização estimulou.

Referências bibliográficas

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Os agregados de informação: memórias, esquecimento e estoques de informação. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.1, n.3, p.1-13, ago. 2000. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/>. Acesso em: 18 ago. 2009.

CARNEIRO LEÃO, Emmanuel. **Sociedade do conhecimento: passes e impasses**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 152, p.11-20, jan./mar.2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. v1: A era de informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

D'AMARAL, Márcio Tavares. Sobre “sociedade do conhecimento”: um labirinto e uma saída. **Tempo Brasileiro**, n. 152, p. 33-42, jan./mar.2003.

DREIFUSS, René Armand. Tendências da globalização. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.139, p.97-172, out./dez.1999.

FUKS, Saul. A sociedade do conhecimento. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 152, p. 75-101, jan./mar. 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. As relações entre ciência, estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.1, p.60-76, jan./abr.2003.



GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.31, n.1, p.27-41, jan./abr.2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Informação: dos estoques às redes. *Ciência da Informação*, Brasília, v.24, n.1, 1995.

LEVY, Pierre. O ciberespaço e a economia da atenção. In: PARENTE, André (Org.). **Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas de comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2004a. p. 174-188.

LEVY, Pierre. O ciberespaço como um passo meta evolutivo. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (Org.). **A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2004b, p.157-170.

LEVY, Pierre. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (Org.). **Para navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura**. 3ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2003, p. 183-204.

LEVY, Pierre. **A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência**. São Paulo: Ed. 34, 2001, 192 p.

MAFFESOLI, Michel. A comunicação sem fim. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (Orgs.). **A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p.20-32.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. **História das teorias da comunicação**. – São Paulo, Ed. Loyola, 1999.

MATURANA, H. VARELA, F. **Á árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Palas Athena, 2001.

PFOHL, Stephen. O delírio cibernético de Norbert Wiener. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (Org.). **A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2004, p.190-215.

SANTOS, Boaventura Souza. Os processos de globalização. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002, p.25-102.

VAZ, Paulo. Esperança e excesso. In: PARENTE, André (Org.). **Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2004a, p. 189-208.

VAZ, Paulo. Mediação e tecnologia. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (Orgs.). **A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2004b, p.216 -238.

WOLTON, Dominique. Pensar a Internet. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (Orgs.). **A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p.149-156.